

# **Cidadãs PositHIVas de São Paulo realizam VII Encontro Estadual de Mulheres Vivendo com HIV/Aids - SP/SP, 13 a 15/12/2018**

*O Movimento Nacional das Cidadãs Posithivas do Estado de São Paulo (MNCP) realizará o VII Encontro Estadual de Mulheres Vivendo com HIV/Aids entre os dias 13 e 15 de dezembro. Trinta mulheres que vivem com HIV/aids no estado de São Paulo discutirão o tema “Saúde da Mulher e suas Vulnerabilidades e Especificidades”.*

[\(Agência AIDS, 11/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

O evento tem por objetivo promover a troca de experiências, mobilizar reflexões que gerem mudanças pessoais visando o fortalecimento e empoderamento das mulheres que vivem com HIV/Aids, para o enfrentamento da violência contra a mulher e o exercício da cidadania na efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como a integralidade da saúde da mulher nas políticas públicas de saúde.

Nesta ocasião estarão sendo homenageadas três mulheres, cuja contribuição tiveram impacto incisivo na maneira como o MNCP se organiza no Brasil e incide sobre as políticas públicas para o HIV/Aids.

Nair Brito, fundadora do MNCP e a primeira pessoa a exigir, judicialmente, anti-retrovirais gratuitos, abrindo caminho para que todas as pessoas tenham acesso ao tratamento e direito à vida. Jenice Pizão pelo trabalho nos países de língua portuguesa com o objetivo de que para que as mulheres tivessem consciência de seus direitos e poder de atuação. E Adriana Aros, membro do MNCP no Estado de São Paulo que contribuiu de forma significativa para capacitação de novas lideranças.

---

## **Futura ministra quer prioridade ao Estatuto do Nascituro e aprovação de projeto que prevê ‘bolsa estupro’**

Damares Alves cita Estatuto do Nascituro como prioridade da sua gestão a partir de janeiro

[\(Globo.com, 11/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A futura ministra dos Direitos Humanos, Damares Alves, defendeu nesta terça-feira a

aprovação de um projeto que visa garantir direitos aos fetos e ainda prevê uma espécie de “bolsa estupro”. O Estatuto do Nascituro já foi aprovado em comissões da Câmara, mas está com a tramitação travada desde 2013.

— O projeto mais importante que em a gente vai estar trabalhando é o Estatuto do Nascituro. Nós vamos estabelecer políticas públicas para o bebê na barriga da mãe nesta nação — disse Damares, enquanto chegava ao Centro Cultural Banco do Brasil, sede do gabinete de transição, ao ser questionada sobre qual a prioridade da sua pasta no Congresso.

O projeto já foi aprovado pelas comissões de Seguridade Social e de Finanças e Tributação na Câmara e está na Comissão da Mulher, tendo ainda de ser remetido para a de Constituição e Justiça antes de ir ao plenário da Casa.

O ponto mais polêmico da proposta em tramitação prevê o pagamento de uma bolsa à mulher vítima de estupro que decidir ter o filho. A bolsa deve ser paga pelo estuproador, mas, se ele não for identificado, o dinheiro sairia dos cofres públicos.

Quando da última votação da proposta, em 2013, o projeto ganhou o apelido de “bolsa estupro”. A proposta foi relatada na Comissão de Finanças pelo ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), hoje preso em Curitiba na Operação Lava-Jato. O projeto tem parecer favorável do deputado Diego Garcia (PHS-PR) na Comissão da Mulher.

*Por Eduardo Bresciani*

---

## **Bancada feminina faz esforço final para aprovar propostas em 2018**

*Em 2 semanas, 8 projetos de lei relacionados a direitos das mulheres passaram pela Câmara; 3 deles ainda precisam do aval do Senado.*

[\(HuffPost Brasil, 09/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Em fim de ano eleitoral e às vésperas do início do mandato de um número recorde de parlamentares novos, a **bancada feminina** fez um esforço, nas últimas 2 semanas, para aprovar propostas relacionadas a direitos das mulheres. Dentro da campanha “16 dias de ativismo pelo fim da **violência contra as mulheres**”, a Câmara dos Deputados aprovou, neste período, 8 projetos de lei ligados ao tema.

Desse total, 5 seguiram para sanção do presidente Michel Temer e 3 ainda precisam do aval do Senado, o que pode não ocorrer em 2018 devido ao rito de tramitação.

Os textos foram definidos após acordo entre as deputadas. Dos 9 escolhidos, apenas um foi retirado de pauta - o PL 622/2015. O projeto prevê a proibição do uso de recursos públicos para contratação de artistas que, em suas músicas, desvalorizem, incentivem a violência ou exponham as mulheres a situação de constrangimento, ou ainda contenham manifestações de

homofobia, discriminação racial ou apologia ao uso de drogas ilícitas.

“Houve uma contestação de determinados setores ligados à cultura que acham que isso pode ser compreendido de maneira subjetiva e levar a uma censura. Vamos nos debruçar sobre o assunto e ver se a gente especializa o projeto”, afirmou ao HuffPost Brasil a deputada Alice Portugal (PCdoB-BA).

Para a parlamentar, o mutirão deve ser comemorado, mas há muito que avançar. “Estamos vivendo tempos turbulentos e as mulheres acabam ficando condicionadas a duas datas: março e o fim de ano. Isso é uma atipia do sistema legislativo brasileiro. Precisamos, além de crescer o número de mulheres, garantir a aprovação de pautas que impactem a vida de mais da metade da população brasileira”, afirmou.

Por esse motivo, Portugal defendeu que o Congresso vote uma reforma política que inclua cota de cadeiras para mulheres. A bancada não conseguiu avançar com a proposta de emenda à Constituição sobre esse tema nesta legislatura.

Entre as propostas aprovadas nas últimas 2 semanas, a maioria está ligada à violência doméstica, devido a uma facilidade de consenso sobre o tema entre as deputadas e à situação nacional nessa esfera. O Brasil é o quinto país que mais mata mulheres.

Na avaliação da deputada Maria do Rosário (PT-MS), a mobilização foi importante diante da expectativa para 2019. “Concluimos agora sem saber como será o futuro. Neste momento temos movimentos anti-feministas dentro da próxima bancada”, disse à reportagem.

A partir do próximo ano, das 77 eleitas, legendas progressistas como PT, PCdoB e PSol somam 21 integrantes. Do outro lado, 9 são do PSL, partido de Jair Bolsonaro. Aliadas do presidente eleito, já afirmaram, por exemplo, que [“mulher aceita a violência porque não quer trabalhar”](#).

Apesar do esforço da Câmara, o caminho não é curto no Senado. Os projetos originados na Câmara só não passam pelas comissões se forem aprovados requerimentos de urgência.

“Não creio que haja disposição da maioria de votar imediatamente projetos que acabam de vir da Câmara. E o requerimento de urgência depende de uma maioria determinada pelo regimento interno. Pode iniciar a tramitação, mas dificilmente concluir neste ano”, afirmou a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM).

De acordo com a parlamentar, que comanda a Procuradoria da Mulher no Senado, não houve um acordo com as deputadas para acelerar a tramitação. “Não houve um pedido formal de atenção especial para a bancada feminina. Não recebemos nenhum pedido nesse sentido”, afirmou.

Grazziotin acredita ser possível aprovar algum texto ligado a mulheres ainda em 2018, mas admite que algumas matérias não vão avançar. Uma delas é o projeto de lei que proíbe o casamento de menores de 16 anos, aprovado pela Câmara em junho. O PLC 56/2018 chegou a entrar na pauta do plenário do Senado neste semestre, mas saiu devido à resistência de senadores.

“Ele é bastante polêmico. Chegamos a sugerir a apresentação de uma emenda para que fosse votado ainda nessa semana, que dessa forma iria para a Câmara e a Câmara dá a palavra final, mas não houve consenso para ser votado”, afirmou Grazziotin. O objetivo da proposta é evitar

casos de gravidez acidental, abandono escolar e exploração sexual, muitas vezes relacionados a casamentos precoces.

## **Entenda o que foi aprovado sobre violência contra mulher**

**01) Pagamento do agressor:** pendente de votação no Senado, o Projeto de Lei 9691/18 obriga o agressor a ressarcir os custos do SUS (Sistema Único de Saúde) com vítimas de violência doméstica, além de eventuais gastos com uso de abrigo para vítimas e dispositivos de monitoramento de mulheres amparadas por medidas protetivas. Para evitar que os bens da vítima sejam usados para esse pagamento, foi incluído no texto um dispositivo para que o ressarcimento não diminua o patrimônio dela ou de seus dependentes.

**02) Ecocardiograma fetal:** depende de aval do Senado o PL 5248/16, que inclui o ecocardiograma fetal entre os exames a serem oferecidos pelo SUS. Também deve estar disponível o exame de ultrassonografia transvaginal por duas vezes durante o primeiro quadrimestre da gravidez.

**03) Prevenção contra câncer:** enviado para sanção presidencial, o PL 843/07 autoriza o trabalhador a se ausentar do serviço para realizar exames preventivos contra o câncer. Apesar do tema não se restringir às mulheres, faz parte do pacote acertado pela bancada feminina.

**04) Reconstrução de mama:** dependente de sanção presidencial, o PL 4409/16 garante o direito à reconstrução das duas mamas para garantir sua simetria em mulheres submetidas a tratamentos contra o câncer.

**05) Porn revenge:** enviado para sanção presidencial, o PL 5555/13 prevê pena de 6 meses a 1 ano e multa para quem fizer registro não autorizado da intimidade sexual. O crime também inclui quem produz montagem para incluir pessoa em cena de nudez ou ato sexual.

**06) Medida protetiva:** ainda sem aval do presidente, o PL 3030/2015 aumenta a pena de homicídio no caso de descumprimento de medida protetiva de urgência prevista na Lei Maria da Penha.

**07) Mães presas:** pendente de sanção do presidente, o PL 10269/18 coloca na lei entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) que concedeu às detentas mães o direito de cumprir a pena em regime domiciliar.

**08) Tratamento de agressores:** depende de aprovação dos senadores o PL 5001/16, que altera a Lei Maria da Penha para que o autor de violência familiar frequente centros de educação e de reabilitação e receba acompanhamento psicossocial, por meio de atendimento individual ou em grupo de apoio. Após um acordo em plenário, o texto final prevê que a orientação possa ser determinada pelo juiz, mas não seja uma obrigação.

Por Marcella Fernandes

---

# O que pensa a futura ministra dos Direitos Humanos sobre LGBT e mulheres

*Em série de vídeos no YouTube, a então pastora diz que Brasil vive ditadura gay e nega que “milhões de mulheres” morram com abortos*

[\(Exame, 07/12/2018 – acesse no site de origem\)](#)

A nova ministra do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, a pastora Damares Alves é advogada de formação e, hoje, atua como assessora parlamentar do senador Magno Malta, um dos articuladores de campanha do presidente eleito, Jair Bolsonaro.

No Congresso Nacional, ela é, ainda, assessora jurídica da Frente Parlamentar Mista da Família e Apoio à Vida, da Frente Parlamentar de Combate as Drogas e da Frente Parlamentar Evangélica.

Damares Alves, que já declarou ter sofrido abuso quando tinha seis anos de idade, é fundadora do Movimento ATINI – Voz pela Vida de proteção e defesa da criança indígena. Também é secretária geral do Movimento Nacional Brasil Sem Aborto e conselheira do Movimento Nacional Brasil Sem Drogas.

Ela é, ainda, coordenadora do projeto Adota Brasil e conselheira do Instituto Flores de Aço de combate à violência contra a mulher e de cuidado com a infância.

Sua indicação recebeu apoio de entidades, igrejas, organizações não governamentais e ativistas pró-família. O Instituto Infância Protegida divulgou nota de apoio à nova ministra.

“Damares Alves tem experiência de mais de 20 anos na defesa da vida e promoção da dignidade humana, na defesa da família, da infância, contra a pedofilia, infanticídio, suicídio e automutilação, bem como contra o consumo e a possibilidade de liberação das drogas, que de forma tão violenta tem ceifado a vida de nossos jovens no Brasil”, informa a nota, que complementa que ela representa a perpetuação dos valores morais, da família e da mulher.

O pensamento de Damares pode ser conhecido mais profundamente através de um culto de uma hora e meia ocorrido em maio de 2016 e publicado no YouTube.

A então pastora diz que “chegou a nossa hora” e que “é o momento de a Igreja ocupar a nação. É o momento de a igreja dizer à nação a que viemos. É o momento de a igreja governar”.

A futura ministra disse que “só há um lugar seguro em que o seu filho está protegido nesta nação. É o templo, é a igreja, é ao lado do seu sacerdote”.

## **O que disse sobre aborto**

A Folha de São Paulo reportou que [a ministra falou sobre o tema aborto após sair de reunião com o presidente eleito na sede do governo de transição, em Brasília.](#)

“Se a gravidez é um problema que dura só nove meses, o aborto é um problema que caminha a

vida inteira com a mulher”, disse ela.

“Eu sou contra o aborto. Nenhuma mulher quer abortar. Elas chegam até o aborto porque, possivelmente, não foi lhe dada nenhuma outra opção. A mulher aborta acreditando que está desengravindando (sic), mas não está”, declarou.

A futura ministra também disse que “a pasta não vai lidar com o tema aborto, vai lidar com proteção de vida e não com morte”. O tema também é tratado em seu DVD, publicado no YouTube em fevereiro de 2014:

Em um dos vídeos com a pastora, publicado em abril de 2013 no YouTube, ela diz que os movimentos feministas manipulam dados para inflar o número de mortes causadas pelo aborto no país:

“[Ex-ministros da Saúde] dizem que no Brasil milhões de mulheres morrem por causa do aborto. Cadê os milhões de túmulos? Pastores, quantas mulheres vocês já fizeram o culto fúnebre e enterraram porque morreram por causa do aborto? Mentira! Não existe milhões de mulheres morrendo por causa do aborto no Brasil. Eles manipulam dados e estatísticas para impor na sociedade brasileira uma cultura de morte”.

## **O que disse sobre LGBT**

Ao [jornal O Globo](#), a futura ministra afirmou nesta quinta-feira (06) que é preciso inserir transsexuais no mercado de trabalho.

“É essencial ter um diálogo com a travesti que está na rua, que está se prostituindo. Será que está lá por opção, ou porque não ingressam no mercado de trabalho? Gostaria muito de conversar sobre isso. Tenho encontrado travestis dotados de uma inteligência extraordinária e com o corpo machucado. O corpo na rua sendo machucado. Será que não está na hora de a gente começar a ver esse ser, que foi por tantos anos discriminado, e se perguntar: por que para o travesti sobra só a prostituição? Por que só esse caminho, por que não trazer eles para as universidades?”.

Questionada sobre o casamento homoafetivo, Damares disse que esse é um direito adquirido pois “direitos conquistados não se discute mais. Então, pra mim, é uma questão vencida, tanto é que o movimento gay nem tem mais isso como pauta, é uma questão superada, um direito civil garantido.”

Mas o seu histórico de declarações sobre o tema de direitos LGBT tem um tom menos conciliatório.

Em um trecho do seu DVD, ela diz que estamos vivendo uma “ditadura gay” e defende uma diferenciação entre os homossexuais, que devem ser amados e acolhidos, e as associações do movimento gay, que estão “milionárias” e “jogam sujo”.

“Falam que os religiosos são homofóbicos, mas não tem um crente, um evangélico na cadeia preso porque matou um homossexual. Quem há anos está nas ruas acolhendo os homossexuais dessa nação são os evangélicos (...) O movimento gay é um movimento partidário, ideológico e político e eles estão dispostos a enfrentar todas as outras instituições que são contrárias ao

que eles pensam”.

No vídeo de 2013, ela também diz, entre outras coisas, que “não há uma prova científica de que o gay nasce gay. Se tivesse eles já tinham jogado isso na nossa cara. Não existe. A homossexualidade ela é aprendida a partir do nascimento, lá na infância, lá no berço, a forma que se lida com a criança. Ninguém nasce gay”.

## **O que disse sobre ideologia de gênero**

A pastora já afirmou diversas vezes que não acredita na “ideologia de gênero” e defende que homens e mulheres são diferentes, apesar de precisar de direitos iguais.

“Atuo contra a erotização de crianças e adolescentes e, conseqüentemente, estou há anos na estrada no combate à ideologia de gênero, pois a erotização de crianças é um dos pilares desta terrível ideologia.”

“Eu tenho uma posição muito forte em relação à teoria de gênero. É uma teoria furada, sem nenhuma comprovação científica. Mas homens e mulheres não são iguais. E isso eu tenho certeza. Mulher é mulher, homem é homem. É muito ruim dizer que somos iguais, porque eu não consigo carregar um saco de cimento nas costas, e o homem que está do meu lado não consegue fazer todas as coisas que eu faço ao mesmo tempo.”

“Todos os meninos vão ter que entregar flores para as meninas nas escolas, para entender que nós não somos iguais”, completa.

“Quando a teoria de gênero vai para a sala de aula e diz que todos são iguais e que não tem diferença entre menino e menina, as meninas podem levar porrada, porque são iguais aos meninos. Somos frágeis, mas somos muito especiais, fazemos coisas que eles não conseguem fazer”, diz Damares.

## **O que disse sobre papel da mulher na sociedade**

Na entrevista para o Globo, ela diz também que “a mulher nasceu para ser mãe, porque a mulher nasceu com útero. Nesse planeta Terra, a fêmea nasce com útero para gerar. Então eu não menti. A mulher nasce para ser mãe. Se ela não quer ser mãe, é uma opção dela, mas a mulher nasceu, sim, para ser mãe.”

“É raça humana. O homem é protetor, provedor, cuidador. Mas a raça humana mudou. Então a gente briga com a natureza”, completa.

“Eu gostaria de ter um mundo em que a mulher só trabalhasse se quisesse. Meu sonho é estar numa rede, numa tarde e meu marido trabalhando muito, muito, muito para me sustentar e me encher de jóias”, diz a futura ministra.

## **Desafios**

Para Jacira Melo, diretora executiva do Instituto Patrícia Galvão, um dos maiores desafios da nova ministra será ampliar as ações de combate à violência contra a mulher e a desigualdade racial no país.

Segundo a especialista, apesar dos avanços nessa área nos últimos anos, o Brasil ainda tem índices alarmantes quando o assunto é o feminicídio ou agressões por raça ou gênero.

“Apesar de termos avanços, principalmente, a partir do final dos anos 1990 na defesa dos direitos humanos, o Brasil está deixando muito a desejar no combate às desigualdades. Espero que as ações não sejam pautadas pelo caminho ideológico ou religioso, e sim com dados estatísticos”, disse Jacira Melo.

No Brasil, 13 mulheres são assassinadas por dia. Em 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país, o que representa uma taxa de 4,5 homicídios para cada 100 mil brasileiras, um aumento de 6,4% no período de dez anos, segundo dados do Atlas da Violência 2018, feito pelo IPEA.

---

## **Estudo mostra impacto socioeconômico em mulheres que têm crianças com microcefalia**

*Pesquisa da Fiocruz, UFPE e instituição inglesa mostra sofrimento traduzido em dados*

[\(Diário de Pernambuco, 04/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Uma pesquisa desenvolvida em conjunto pela Fiocruz Pernambuco, Instituto Fernandes Figueira, UFPE e London School of Hygiene and Tropical Medicine, da Inglaterra, traduz em números o sofrimento e as dificuldades enfrentadas pelas mães e outras mulheres envolvidas nos cuidados diários das crianças nascidas com microcefalia em decorrência da síndrome congênita do zika desde 2015. Segundo o estudo Impactos sociais e econômicos da infecção pelo vírus zika, o custo médio com consultas em um ano foi 657% maior entre as crianças com microcefalia ou com atraso de desenvolvimento grave causado pela síndrome, em comparação às crianças sem comprometimento.

A quantidade de consultas médicas e com outros profissionais de saúde foram superiores em 422% e 1.212%, respectivamente. Já os gastos das famílias com medicamentos, hospitalizações e óculos, entre outros itens, foram entre 30% e 230% mais elevados, respectivamente, entre crianças com microcefalia e crianças sem microcefalia, mas com manifestações da síndrome, e entre crianças microcéfalas e aquelas sem comprometimento.

Os dados foram coletados de maio de 2017 a janeiro de 2018, no Recife, Jaboatão dos Guararapes e Rio de Janeiro. A pesquisa aplicou 487 questionários e realizou 147 entrevistas, envolvendo profissionais de saúde, mães e outros parentes de crianças com o vírus, mulheres grávidas e em idade reprodutiva, homens em idade reprodutiva e cuidadores de crianças com a síndrome. Segundo o levantamento, 50% das famílias têm renda entre um e três salários mínimos.



De acordo com a médica Tereza Lyra, coordenadora dos trabalhos em Pernambuco, o estudo identificou que “o ônus recai notadamente sobre as mães, que abrem mão de tudo, principalmente do aspecto social, para cuidar dos seus filhos.” A pesquisa constatou também que em Pernambuco o acesso aos serviços de saúde para crianças portadoras da síndrome vem melhorando. “Apesar da ampliação, ainda existem muitas dificuldades, porque os atendimentos nem sempre são no mesmo local. Como elas necessitam se submeter a vários tipos de procedimentos, os constantes deslocamentos significam problemas para as famílias. Infelizmente o tratamento da doença é muito complexo, é meio lento e suas respostas não são imediatas”, comentou

## **PÂNICO**

A maioria das mulheres em idade reprodutiva expressou sentimento de pânico em referência à gravidez durante a epidemia de zika. Elas temiam, principalmente, o impacto sobre a criança, embora não compreendessem totalmente o termo síndrome congênita. Incertezas sobre como elas ou os bebês podiam ser infectados foram comuns.

Outro medo era de uma gravidez não planejada, pois estavam insatisfeitas com a oferta de métodos contraceptivos disponíveis nos serviços de saúde. No momento das entrevistas, a maioria usava hormônios injetáveis e relatou falta de informação e falhas nos métodos utilizados. O DIU não apareceu como opção e os homens mostraram-se ausentes do planejamento reprodutivo. Quase todos os entrevistados desconheciam a possibilidade de transmissão sexual do vírus zika e alguns ouviram informações sobre isso na televisão, mas não deram importância porque, na visão deles, não era um assunto recorrente na mídia.

---

## **Apesar da lei, vítimas de estupro enfrentam dificuldades para obter atendimento gratuito**

Apesar de a lei obrigar atendimento integral e imediato a quem sofre estupro, pessoas enfrentam dificuldade para obter tratamento na rede pública. MPF lança campanha para alertar sobre a legislação. Ministério da Saúde atribui falhas a estados e municípios

[\(Correio Braziliense, 03/12/2018 - acesse no site de origem\)](#)

A cada onze minutos, uma mulher é estuprada no Brasil. A pena para o agressor pode chegar a 30 anos. O tempo de socorro à vítima, a um minuto. Qualquer pessoa que sofre essa agressão tem direito a atendimento emergencial na rede pública de saúde, sem a necessidade de apresentar boletim de ocorrência ou qualquer outro tipo de prova do abuso sofrido. A palavra dela basta. Contudo, mesmo após cinco anos da sanção da Lei do Minuto Seguinte, mulheres ainda enfrentam entraves para conseguir tratamento. A maioria sequer conhece a legislação, o que é agravado pelo preconceito de profissionais de saúde.

Para se ter dimensão da defasagem do socorro, somente 40% das vítimas de estupro foram

atendidas no ano passado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), segundo levantamento do Ministério da Saúde, feito a pedido do Correio. Os dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação mostram que apenas 24 mil receberam tratamento em algum hospital, no ano passado. Ao todo, 60 mil sofreram essa agressão em 2017, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), um aumento de 21% em relação ao ano anterior. O problema é recorrente. Em 2016, dos 49,5 mil estupros, somente 20,2 mil vítimas foram socorridas por uma equipe médica.

## **Deficiências**

O descompasso fez o Ministério Público Federal (MPF) em São Paulo lançar, na semana passada, uma campanha para alertar mulheres e profissionais de saúde para as diretrizes da lei. A ação do MPF é resultado de um inquérito civil que a Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão conduz desde 2016 para investigar as deficiências do atendimento na rede pública de saúde em casos de violência sexual.

O procurador regional substituto dos Direitos do Cidadão, Pedro Antônio de Oliveira Machado, afirma que falta informação. “Esse é um problema tanto para as vítimas, que se encontram em uma situação dramática e acham que só podem recorrer à polícia, quanto em relação aos profissionais do SUS. Ao procurarem unidades públicas de saúde após sofrerem violência sexual, muitas mulheres deixam de receber o tratamento adequado por causa da falta de conhecimento dos profissionais sobre a lei”, destaca.

A professora de direito Soraia Mendes, mestre em ciência política da Universidade de Brasília (UnB) e especialista na defesa da mulher, discorda. Para ela, o que acontece é o desprezo da palavra da vítima. “A questão é a modificação cultural necessária. Impera, sim, a desconfiança em relação à palavra da mulher. O discurso que se tem em relação à mulher é sempre de desconfiança. Isso não tem outro nome: é machismo, e ocorre por conta do patriarcalismo, onde a palavra do homem é confiável, e a da mulher não é”, explica.

Soraia ressalta que o profissional envolvido em omissão pode ser penalizado. “Mas, dificilmente o médico ou o enfermeiro é punido na recusa do atendimento. No caso da interrupção de gravidez após o estupro, o profissional pode alegar objeção de consciência ou motivo religioso. Contudo, se uma mulher contrai uma doença, pode-se pensar em responsabilização.” Ela descarta falta de informação dos funcionários da rede pública. “O Ministério da Saúde faz campanhas regulares para alertar os profissionais”, afirma.

As garantias da lei não se limitam ao diagnóstico e ao tratamento emergencial de lesões causadas pelo agressor. As vítimas devem ter acesso a um atendimento completo, incluindo amparo médico, psicológico e social, administração de medicamentos contra gravidez e doenças sexualmente transmissíveis, coleta de material para a realização do exame de HIV, facilitação do registro da ocorrência e fornecimento de orientações sobre seus direitos legais e os serviços sanitários disponíveis.

A limitação no atendimento médico revela outro problema: o sucateamento do serviço de segurança para o registro dos crimes. A defensora pública federal Rita Cristina de Oliveira acredita que esse entrave desestimule as vítimas a denunciarem e a cobrarem a responsabilização. “Quando se procura o atendimento policial, o que se encontra é a delegacia lotada de outras demandas, policiais sobrecarregados. A mulher sofre uma nova violência por omissão do Estado”, reclama.

## **Drama sem fim**

Um ano após a sanção da lei, a estudante universitária Samara (nome fictício), 24 anos, sofreu

um estupro em Ceilândia, a 30km do Plano Piloto. Ela estava a caminho do colégio, no início da manhã, quando foi abordada. Aquele 22 de setembro jamais saiu da sua memória. “É um trauma impossível de ser superado. As dificuldades para ser atendida, registrar a ocorrência aumentam a dor e tornam a história um drama sem fim”, conta.

Naquele dia, ela foi para casa, tomou banho e horas depois contou à mãe. “Logo, procuramos o hospital e a polícia. Em vão. Um pedia comprovantes do outro para registrar o caso”, lembra. A jovem acabou sendo atendida no Hospital Regional de Ceilândia. Tomou remédios, fez exames e acompanhamento psicológico. “Por sorte, não carregou doenças ou engravidei do meu algoz”, conclui.

*“Impera a desconfiança em relação à palavra da mulher. Isso não tem outro nome: é machismo”*

**Soraia Mendes, professora da UnB**

---

## **Coordenadora do Depen critica descumprimento de decisão judicial que concede prisão domiciliar a gestantes**

*Nesta semana, o Plenário da Câmara aprovou projeto de lei que prevê a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar no caso de mulher gestante ou se ela for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência. A matéria aguarda sanção presidencial. Em fevereiro, o STF concedeu habeas corpus coletivo com determinação semelhante*

[\(Agência Câmara, 30/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Apenas duas mil mulheres gestantes ou mães de crianças de até 12 anos saíram da prisão preventiva em todo o Brasil desde que, em fevereiro, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu a elas habeas corpus coletivo com prazo de dois meses para cumprimento. A coordenadora de Políticas para Mulheres do Departamento Penitenciário Nacional, Susana Almeida, afirmou que existia a estimativa de 12 mil detentas estarem nessa situação. Em reunião ontem (29) da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, ela explicou que alguns tribunais não concederam a prisão domiciliar como previsto.

De acordo com Susana, entre as que saíram dos presídios após a medida do STF, apenas 2,6% voltaram a praticar crimes, o que, segundo a coordenadora, é um índice baixo dada a pressão da subsistência familiar.

Na última quarta-feira (28), o Plenário da Câmara [aprovou](#) o Projeto de Lei 10269/18, do Senado, que prevê a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar no caso de mulher gestante ou se ela for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência. A matéria aguarda sanção presidencial.

Antes da aprovação da Câmara, o ministro do STF Ricardo Lewandowski já havia emitido dois comunicados, indicando que os tribunais devem cumprir a decisão de fevereiro do Supremo. Muitos juízes alegaram que algumas presas preventivas são acusadas de tráfico de drogas, o

que, no entendimento do ministro, não é motivo para o não cumprimento.

De fato, conforme Susana Almeida, 62% das presas preventivas no Brasil são acusadas de tráfico de drogas; enquanto, entre os homens, esse percentual é de 26%. Na reunião, porém, foi discutido que muitas vezes o homem é flagrado com uma quantidade de drogas semelhante à de uma mulher e é classificado apenas como usuário.

Luana Euzebia, vice-diretora da unidade mista de Integração de Santa Maria, no Distrito Federal, disse que as próprias famílias discriminam mais as mulheres presas que os homens: “Até admite-se que um homem se envolva com a criminalidade, mas uma mulher estar na mesma situação já não é tão aceito, tão compreendido.”

A deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ) ressaltou que as mulheres presas no Brasil têm um perfil específico: 74% têm entre 18 e 34 anos; 62% são negras; e 45% ainda não têm sentença definitiva. Das 1.449 unidades prisionais do País, 107 são femininas; e 244, mistas.

A ideia, segundo Susana Almeida, é acabar com as mistas. “Porque há, sim, uma distinção de tratamento até pela quantidade de público. Como geralmente existem mais homens, dá-se preferência a eles nos serviços e assistências”, justificou.

### **Capacitação**

Flávia Rabelo, gerente do Programa Pronatec Prisional, informou que está tendo bons resultados com essa versão do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, que começou em 2017 com quase 200 vagas. As presas fazem cursos como os de costura e de cuidadora de idosos, com algumas matérias gerais.

“Elas passam a ter contato com conceitos como ética - fundamental para terem uma visão diferente de mundo - e empreendedorismo, que as estimula a desenvolver algo em que possam ter autonomia e não depender do mercado de trabalho ao sair do encarceramento”, destacou.

Pelos dados de 2016, as mulheres são 42,3 mil na população carcerária de 726,7 mil. O total é quase o dobro das vagas existentes.

### **ÍNTegra DA PROPOSTA: [PL-10269/2018](#)**

*Reportagem - Sílvia Mugnatto*

---

## **Falha em dispositivo contraceptivo causa danos à saúde de mulheres no Brasil**

*Levantamento revela que o dispositivo Essure, fabricado pela Bayer e oferecido em hospitais públicos brasileiros, causou problemas graves a dezenas de mulheres*

[\(Galileu, 27/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Por Anna Beatriz Anjos, da Agência Pública\*

(...)

O dispositivo Essure, fabricado pela Bayer, tem sido apontado como causador de efeitos colaterais que colocam em risco a saúde de mulheres nos Estados Unidos e na Europa. Ao longo de dez meses, [a Pública](#) ouviu os relatos de mulheres que foram vítimas aqui no Brasil, como parte da megainvestigação “The Implant Files”, um projeto do International Consortium of Investigative Journalists (ICIJ) que reuniu 250 repórteres de 36 países para apurar histórias de dispositivos médicos problemáticos que são implantados em pacientes no mundo todo, trazendo enormes problemas.

No Brasil, o problema adquiriu a dimensão de saúde pública, uma vez que os implantes foram feitos em hospitais do SUS e as pacientes eram mulheres de baixa renda das periferias de capitais. Quando sentiam os efeitos colaterais, várias relataram terem sido ignoradas pelos médicos. “O Essure era para simplificar a minha vida, melhorar minha qualidade de vida e dos meus filhos, mas só piorou, só trouxe desgraça, desespero”, lamenta Adriana. “Confiei no médico, na palavra dele, e antes não tivesse confiado em ninguém, tivesse confiado na minha palavra, deixasse ter mais dois, três filhos e desse meu jeito para cuidar. Pelo menos acho que não estaria sofrendo, não teria perdido minha saúde.”

(...)

[Clique aqui para ler a reportagem na íntegra](#)

*\*Esta reportagem faz parte do [Implant Files](#), projeto do Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, o ICIJ, com sede em Washington, DC. O Implant Files reúne 252 profissionais de 59 veículos de 36 países, que investigaram dezenas de fabricantes e distribuidoras de dispositivos médicos em todo o mundo. No Brasil, participam da apuração a [Agência Pública](#) e a revista [piauí](#).*

---

## [Chanceler de Bolsonaro diz que combaterá ‘pautas abortistas’ e ‘anticristãs’ na ONU](#)

*Em artigo para jornal, Ernesto Araújo defende nomeação de ‘quem entende de ideologia’ para extirpar marxismo e seus ‘disfarces’ no Itamaraty*

[\(O Globo, 27/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Anunciado como ministro das Relações Exteriores do próximo governo, Ernesto Araújo descreveu, em artigo publicado na segunda-feira no jornal “Gazeta do Povo”, de Curitiba, como pretende levar adiante a missão de “libertar o Itamaraty” que lhe foi confiada pelo presidente eleito Jair Bolsonaro. Araújo afirma que pautará sua atuação pelo combate a políticas que, no próprio Ministério das Relações Exteriores, compactuam com o que classifica como “alarmismo climático”, “pautas abortistas e anticristãs em foros multilaterais” e a “destruição da

identidade dos povos por meio da imigração ilimitada”.

O futuro chanceler diz que a meta é extirpar das relações internacionais brasileiras a “ideologia do PT”, que segundo ele nada mais é do que o “marxismo cultural”, definido como aquele que busca controlar não mais os meios de produção material, mas de produção intelectual na imprensa e na academia. “Quando me posiciono, por exemplo, contra a ideologia de gênero, contra o materialismo, contra o cerceamento da liberdade de pensar e falar, você me chama de maluco. Mas se isso não é o marxismo, com estes e outros de seus muitos desdobramentos, então qual é a ideologia que você quer extirpar da política externa?”, pergunta Araújo ao leitor.

Além das políticas favoráveis ao controle do aquecimento climático, da descriminalização do aborto e das que chama genericamente de “anticristãs”, Ernesto Araújo inclui entre as pautas a combater dentro do Itamaraty “o terceiro-mundismo automático e outros arranjos falsamente hegemônicos”, a “transferência brutal de poder econômico em favor de países não democráticos e marxistas” (supostamente uma referência à China, que ele ainda chama de “maoísta”) e “a suavização do tratamento dado à ditadura venezuelana”.

No início do texto, ele aponta que parte da imprensa e dos colegas diplomatas esperava ver Bolsonaro escolher um chanceler “que saísse pelo mundo pedindo desculpas”. “Um Ministro das Relações Envergonhadas”, ironizou. Essa pessoa seria responsável por “frear o ímpeto de regeneração nacional” e garantir aos pares que nada mudaria no posicionamento global do Brasil.

Contra esse ideia, o futuro chanceler defende uma política externa que traduza a “sagrada voz do povo”, entendida como a voz do presidente eleito. Essa voz, segundo Araújo, deve ser autêntica e não “dublada no idioma da ONU”, “pois no idioma da ONU é impossível traduzir palavras como amor, fé e patriotismo”.

O artigo refere-se a um povo brasileiro sofrido e trabalhador que supostamente se identificaria com as propostas e a ideologia bolsonarista — embora, em seu blog, Metapolítica 17, o futuro chanceler já tenha dito que quem tem ideologia é a esquerda, já que ele tem “ideias”. Araújo opõe esse povo genérico às elites burocráticas e intelectuais, afirmando que o Itamaraty deve sair do pedestal e se relacionar com “o sofrimento, a paixão e a fibra dessas pessoas”.

“Em uma democracia, a vontade do povo deve penetrar em todas as políticas. Mas as pessoas daquele sistema midiático-burocrático, que gostam tanto de falar em democracia, não sabem disso. Perguntam-se, assustadas: ‘O que vão pensar de mim os funcionários da ONU, o que vai dizer de mim o ‘New York Times’, o que vai dizer ‘The Guardian’, ‘Le Monde?’”, escreveu o embaixador.

“Alguns jornalistas estão escandalizados, alguns colegas diplomatas estão revoltados. Revoltados por quê? Porque pela primeira vez terão de olhar o seu próprio povo na cara e escutar a sua voz?”, continuou.

O futuro ministro defende que o país precisa de “alguém que entenda de ideologia” para acabar com ela no Itamaraty, ao conhecer suas “causas, manifestações, estratégias e disfarces”. “Vencida na economia, a ideologia marxista, nas últimas décadas, penetrou insidiosamente na cultura e no comportamento, nas relações internacionais, na família e em toda parte”, afirma.

Nelson Ernesto Araújo foi confirmado para o cargo ministerial em 14 de novembro. Até então,

era diretor do Departamento de Estados Unidos, Canadá e Assuntos Interamericanos e nunca havia chefiado uma missão no exterior. O “brilhante intelectual”, como classificou o presidente eleito, se aproximou do bolsonarismo por meio do guru da direita Olavo de Carvalho, radicado nos Estados Unidos. Carvalho elogiou um artigo de Araújo publicado no ano passado na revista do centro de estudos do Itamaraty, intitulado “Trump e o Ocidente”. No texto, o embaixador diz que o ocupante da Casa Branca assumiu a missão de resgatar a civilização ocidental, sua fé cristã e suas tradições nacionais forjadas “pela cruz e pela espada” do “marxismo cultural globalista”, cujo marco inicial seria a Revolução Francesa, anterior ao filósofo e economista político Karl Marx.

---

## Mais da metade dos deputados federais é a favor do aborto nas situações atualmente previstas em lei

*Levantamento exclusivo mostra que 12% são favoráveis a permitir o aborto em mais situações que as previstas atualmente em lei e 11% são a favor de permitir o aborto em menos situações ou nenhuma*

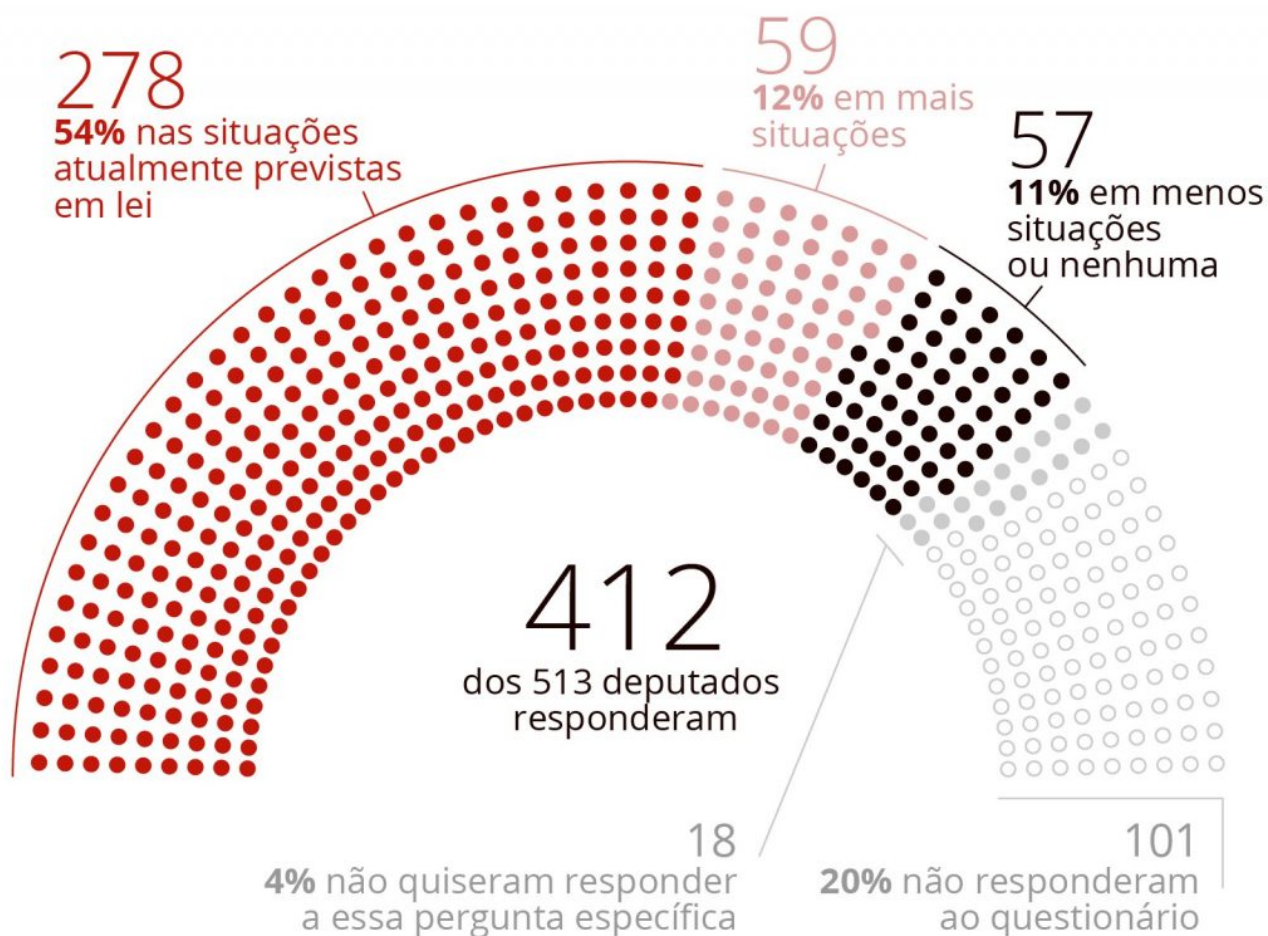
[\(G1, 27/11/2018 - acesse no site de origem\)](#)

Mais da metade dos 513 deputados federais eleitos que tomam posse em 2019 diz ser favorável ao aborto nas situações atualmente previstas em lei, mostra levantamento realizado pelo **G1**:

- **Favoráveis ao aborto nas situações atualmente previstas em lei:** 278 (54%)
- **Favoráveis ao aborto em mais situações:** 59 (12%)
- **Favoráveis ao aborto em menos situações ou nenhuma:** 57 (11%)
- **Não quiserem responder a essa pergunta:** 18 dos 412 que responderam ao questionário



# É favorável a permitir o aborto?



\*Com os arredondamentos dos percentuais, a soma fica acima de 100%.

## Legislação sobre o aborto

A criminalização do aborto provocado é descrita nos artigos 124 e 126 do [Código Penal](#). O artigo 124 prevê detenção de dois a seis anos para quem provocar aborto em si mesma ou consentir que outra pessoa faça a intervenção. Já o artigo 126 estabelece pena de um a quatro anos para quem provocar aborto com o consentimento da gestante.

Atualmente, o aborto é previsto em três situações:

- Quando a gravidez é resultado de estupro
- Quando há risco de vida para a mulher
- Se o feto for anencéfalo

Nas duas primeiras situações, a permissão do aborto é prevista em lei. No caso de feto anencéfalo, foi resultado de um entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).



Em agosto, [o STF promoveu dois dias de audiência pública](#) para debater uma ação apresentada pelo PSOL, que pede que o aborto não seja considerado crime quando feito até a décima semana de gravidez.

A relatora da ação, ministra Rosa Weber, deverá preparar o voto e o relatório do caso - um resumo das alegações do PSOL e do posicionamento dos órgãos chamados a se manifestar, como a Advocacia-Geral da União (AGU). [Não há prazo para isso.](#)

Após concluir o voto, Rosa Weber deve pedir a inclusão do processo na pauta de julgamento do plenário do Supremo.

## **Comparação entre levantamentos**

[A pergunta foi feita exatamente da mesma forma em 2014.](#) E o resultado não foi muito diferente. Naquele ano, 53% dos deputados recém-eleitos eram a favor de permitir o aborto nas situações estipuladas na lei.

Apenas o percentual dos que queriam em mais situações era maior: 18%.

## **Metodologia**

Entre os dias 5 e 23 deste mês, o **G1** aplicou aos deputados um questionário sobre 18 temas que deverão constar da pauta de debates legislativos.

Todos os 513 deputados foram contatados - 412 (80%) responderam e 101 (20%) não responderam ou prometeram enviar as respostas, mas não o fizeram.

Parte dos deputados respondeu pessoalmente ou por telefone e outra parte por e-mail, aplicativos de mensagens ou por intermédio das assessorias. Todos foram informados de que a divulgação das respostas não será feita de forma individualizada.

**\* Participaram do levantamento:** *Adriane Schultz, Aline Ramos, Carol Prado, Carolina Dantas, Cauê Fabiano, Cauê Muraro, Cesar Soto, Clara Velasco, Darlan Alvarenga, Elida Oliveira, Elisa Clavery, Fabiano Costa, Felipe Grandin, Fernanda Calgaro, Gabriela Caesar, Gustavo Garcia, Karina Trevizan, Lara Pinheiro, Laura Naime, Lucas Vidigal, Luiz Guilherme Gerbelli, Marília Neves, Marina Franco, Marta Cavallini, Mônica Aquino, Paula Paiva Paulo, Rafaela Putini, Ricardo Novelino, Rodrigo Ortega, Taís Laporta, Thaís Matos, Thiago Lavado e Thiago Reis*

## **O QUE PENSA A NOVA CÂMARA SOBRE...**

- [Reduzir a maioria penal](#)
- [Criminalizar a homofobia](#)
- [Permitir o aborto](#)
- [Tipificar o excludente de ilicitude](#)
- [Tornar o ensino religioso obrigatório](#)
- [As religiões dos deputados](#)